



PORTARIA Nº 59/2021

Aprova a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CRF/RS e dá outras providências.

A Diretoria do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o Regimento Interno do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, e conforme aprovação em Reunião entre a Diretoria e o Comitê de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados do CRF/RS, realizada em 19 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, conforme dispõe o Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2021.

Silvana de Vargas Furquim
Presidente do CRF/RS



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO CRF/RS

O Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul - CRF/RS, foi criado pela Lei nº 3.820/1960, tem como missão proteger e valorizar o exercício ético das atividades farmacêuticas, mediante ações fiscalizadoras, políticas e educacionais, em benefício da sociedade.

Esta Política de Privacidade tem por objetivo divulgar informações sobre o tratamento de dados pessoais realizado pelo CRF/RS, compreendendo a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução desse tratamento, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e se aplica aos diretores, aos conselheiros, aos funcionários e a eventuais pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação com o Conselho.

A LGPD estabeleceu o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Base Legal: Lei nº 13.709/2018; Lei 3.820/1960; Lei 5.991/1973; Lei nº 8.159/1991; Lei 8.666/1993; Lei nº 9.784/1999; Lei nº 12.527/2011; Lei 13.021/2014; Resolução CFF 638/2017; Resolução CFF 700/2021; Resolução CFF 711/2021; Portaria MJ/SP/AN nº 398/2019, Portaria MJ/SP/AN nº 47/2020.

Acesse aqui o site da Autoridade Nacional de Proteção dos Dados.

QUAIS DADOS COLETAMOS

O CRF/RS coleta informações pessoais dos seus registrados e dos seus funcionários, bem como de profissionais ou de terceiros que estejam submetidos a qualquer tipo de processo administrativo no âmbito do Conselho, sejam processos de infração, ético-disciplinares, contratação de bens, serviços e pessoal.

Coletamos dados pessoais dos registrados que se comunicam com o CRF/RS através de registros de protocolos, contatos através do site e aplicativo, bem como por e-mail, ligação telefônica e





whatsapp. Os dados coletados são necessários para possibilitar o acesso aos serviços colocados à disposição dos registrados através do atendimento pessoal, utilização do site e do aplicativo.

A coleta de dados pessoais dos registrados se dá por ocasião do requerimento de inscrição, averbações, alterações cadastrais, sendo os dados coletados referentes a nome completo, filiação, gênero, estado civil, data de nascimento, naturalidade, endereço residencial, telefone, e-mail, dados do CPF, RG e CNH, certificado de alistamento militar, título eleitoral, dados biométricos, tipo sanguíneo, opção pela doação ou não de órgãos, dados de formação acadêmica (diplomas, certificados, histórico acadêmico), vínculo com pessoa jurídica, cabendo a coleta de outros dados quando previstos na legislação aplicável.

O CRF/RS coleta e/ou trata dados de candidatos ao corpo funcional e de funcionários e estagiários no momento da seleção, contratação e em atualizações cadastrais. Os dados coletados são referentes a nome completo, filiação, gênero, estado civil, data de nascimento, naturalidade, dados do RG, CPF, CNH, PIS, título eleitoral e CTPS, endereço residencial, telefone, e-mail, grau de instrução (certificados e diplomas), registro de classe (quando aplicável), atestado de antecedentes criminais, dados bancários (banco, agência, conta corrente), exames médicos admissionais e periódicos, atestados e exames de saúde, atestado de matrícula (quando estagiário), cabendo a coleta de outros dados quando previstos na legislação aplicável.

O CRF/RS coleta dados de fiscalizados no momento da inspeção e no trâmite do processo administrativo. Os dados coletados, além dos dados de registrados informados acima, são referentes a nome completo, RG e CPF, cargo, assinatura, cabendo a coleta de outros dados quando previstos na legislação aplicável.

Por regra, o CRF/RS não utiliza dados pessoais obtidos diretamente das redes sociais e navegadores de internet. Entretanto, o CRF/RS pode coletar dados de registrados e terceiros nas redes sociais institucionais do Conselho, sendo nome completo, telefone e e-mail, quando estes contatam a instituição, para fins de atendimento às demandas geradas pelos titulares através destes canais, por exemplo, sanar dúvidas sobre serviços e participar de cursos e palestras institucionais do CRF/RS.



O Conselho somente faz uso das informações pessoais para promover suas finalidades institucionais e competências legais, observando os princípios do artigo 6º da LGPD, podendo compartilhá-las com terceiros com os quais mantenha relações jurídicas, na forma da LGPD, especialmente no seu capítulo IV, ou mediante autorização dos respectivos titulares quando a Lei não o fizer.

QUAL A FINALIDADE DA COLETA E O QUE FAZEMOS COM SEUS DADOS

Utilizamos os dados que coletamos para manter os registros atualizados, processar pedidos, fornecer serviços online, proporcionar o uso do aplicativo, manter a qualidade do serviço, informar de demandas obrigatórias e de oportunidades que possam interessar e entender as necessidades para que possamos atender com a melhor qualidade de serviço. Também podemos utilizar as informações pessoais para efeitos internos, tais como auditorias, análise de dados, entre outros, bem como para efeitos externos, nas hipóteses e termos definidos pelo art. 26, §1º da LGPD.

As informações pessoais requeridas são previstas em leis e/ou regulamentações específicas e necessárias para a atividade fim do CRF/RS (vide Base Legal).

Pediremos o consentimento do titular se precisarmos tratar informações pessoais por uma razão secundária. Neste caso, se após o titular fornecer seus dados, ele decidir mudar de ideia, poderá retirar o consentimento entrando em contato com o CRF/RS através do site com o preenchimento do formulário específico.

Destacamos que algumas informações coletadas poderão ser disponibilizadas no formato de dados abertos no site, em respeito à Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011.

COM QUEM PODEREMOS COMPARTILHAR DADOS

O CRF/RS poderá fazer o uso, tratamento e compartilhamento de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV Lei nº 13.709/2018.

As informações pessoais também poderão ser compartilhadas com empresas ou órgãos provedores de infraestrutura tecnológica e operacional necessária para as atividades do Conselho, como



provedores de planos de saúde, instituições financeiras que intermedeiam pagamentos e provedores de serviços de armazenamento de dados, outros entes públicos, desde que também se comprometam com políticas de proteção de dados pessoais na forma da Lei nº 13.709/2018.

Também poderemos compartilhar dados pessoais mediante ordem judicial ou pelo requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para sua requisição.

COMO MANTEMOS OS DADOS SEGUROS

O Conselho utiliza os métodos padrão para criptografar os dados coletados, quando necessário, o que dificulta interceptações de dados. Solicitamos aos titulares que, por favor, estejam cientes de que, embora nós nos esforcemos para manter e fornecer segurança razoável para informações processadas, nenhum sistema de segurança pode evitar todas as violações de segurança em potencial. Por esse motivo, incentivamos os titulares dos dados a tomar as medidas apropriadas para se proteger, como, por exemplo, manter confidenciais todos os nomes de usuário e senhas de acesso à rede corporativa e sistemas internos e externos do Conselho.

O Conselho mantém registro de acesso aos seus servidores, indicando momento, duração, identidade do empregado ou do responsável pelo acesso e o arquivo objeto da consulta, com base nos registros de conexão e de acesso a aplicações.

O acesso às informações coletadas está restrito aos funcionários autorizados para o uso adequado desses dados, e a utilização indevida dessas informações, ferindo essa Política de Privacidade e demais políticas internas, estará sujeita às penalidades previstas em lei.

Todo funcionário, diretor, conselheiro que entrar em contato com as informações pessoais mencionadas nesta Política de Privacidade deverá manter sigilo ou reserva, e a quebra do sigilo ou reserva acarretará responsabilidade civil e/ou criminal nos moldes da legislação brasileira.

Será exigida de toda empresa ou instituição associada ou contratada para prover serviços de apoio, o cumprimento aos nossos padrões de privacidade e segurança da informação.



ARMAZENAMENTO E ELIMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Seguimos requisitos legais que obrigam a conservação dos dados pessoais conforme preconiza a Portaria MJ/SP/AN nº 398/2019 e a Portaria MJ/SP/AN nº 47/2020. Nos casos em que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para a execução das finalidades que motivaram a sua coleta ou o seu posterior tratamento, nos termos definidos na lei e posteriormente eliminados.

As informações coletadas e armazenadas pelo Conselho poderão ser excluídas dos seus servidores ou arquivos quando deixarem de ser necessárias para os fins legais, ou quando o usuário solicitar a eliminação de seus dados pessoais, desde que respeitada a legislação vigente sobre o arquivamento de informações públicas, bem como as hipóteses em que os dados devam ser armazenados para fins de uso em procedimento administrativo e/ou judicial, observado também o art. 16, I, da LGPD.

Os dados biométricos dos funcionários coletados pelo CRF/RS atendem ao artigo 7º, incisos II, III, VI, VII e ao artigo 23 da LGPD, sendo armazenados apenas pelo setor de Recursos Humanos, e possuem a finalidade de monitorar a assiduidade dos funcionários, preservar a incolumidade física de todos (artigo 11, inciso II, alínea "a" da LGPD), bem como registrar o histórico funcional dos empregados, razão pela qual não se exige o consentimento. Em regra, não são compartilhados, salvo nas exceções dos artigos 7º, VI, e 26 da LGPD, ou solicitados por órgãos de controle externo.

As informações são conservadas para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, transferência a terceiro – desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados – e uso exclusivo do Conselho, vedado seu acesso não autorizado por terceiros.

COMO UTILIZAMOS OS COOKIES

Cookies são arquivos ou informações que podem ser armazenadas nos dispositivos dos titulares de dados quando se visita os websites ou se utiliza os serviços online do CRF/RS. Geralmente, um cookie contém o nome do site que o originou, seu tempo de vida e um valor, que é gerado aleatoriamente.



O CRF/RS utiliza cookies para facilitar o uso e melhor adaptar suas páginas aos interesses e necessidades dos titulares, bem como para a compilação de informações sobre a utilização de nossos sites e serviços, auxiliando a melhorar suas estruturas e seus conteúdos.

Para mais informações sobre como proceder em relação à gestão dos cookies nos navegadores, acesse os links abaixo:

[Microsoft Edge](#) | [Mozilla Firefox](#) | [Google Chrome](#) | [Safari](#)

DIREITOS DOS TITULARES

Em cumprimento à regulamentação aplicável no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, o CRF/RS respeita e garante ao titular de dados a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos direitos previstos no art. 18 da LGPD:

- i) confirmação da existência de tratamento;
- ii) acesso aos dados;
- iii) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei;
- v) a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- vi) a eliminação dos dados tratados com consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei;
- vii) informação das entidades públicas ou privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- viii) a informação sobre a possibilidade de não fornecer ou revogar o seu consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências em caso de negativa, desde que o consentimento não seja suprido por determinação legal.

Estes direitos poderão ser exercidos por intermédio do envio de requisição para nosso Comitê de Proteção de Dados através do endereço de e-mail lgpd@crfrs.org.br, para posterior avaliação e adoção de demais providências pelo CRF/RS, bem como para qualquer orientação sobre os direitos dos titulares.



O CRF/RS empreenderá todos os esforços para atender tais pedidos no menor espaço de tempo possível, no entanto, fatores justificáveis, tais como a complexidade da ação requisitada, poderão atrasar ou impedir seu rápido atendimento.

Por fim, o titular deve estar ciente que sua requisição poderá ser legalmente rejeitada, seja por motivos formais (a exemplo de sua incapacidade de comprovar sua identidade) ou legais (a exemplo do pedido de exclusão de dados e indeferimento mediante justificativa e fundamentação legal).

CONTATO

O CRF/RS possui Comitê de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados, instituído pela Deliberação de Plenária nº 1.692/2021, e constituído pelos funcionários Alex Sandro Socrates Cunha Berneira, Daniel Chimendes, Karen Zazulak, Luzane Ruscher Souto, Marcio Alminhana Airoidi.

Eventuais dúvidas podem ser esclarecidas através do e-mail: lpqd@crfrs.org.br.

Controlador: Presidente Silvana de Vargas Furquim. Contato: gabinete@crfrs.org.br.

Caso o titular não deseje mais receber informativos do CRF/RS, a qualquer momento pode ajustar as preferências de autorização de uso de dados pelo [acesso restrito](#).

LEGISLAÇÃO E FORO

Fica eleito a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, para o julgamento das demandas pertinentes ao tema, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal.

Esta Política poderá ser atualizada a qualquer tempo pelo CRF/RS, mediante aviso no site e/ou por e-mail.

Data de publicação: 19/08/2021.



DEFINIÇÕES CONSTANTES NA LGPD

Informamos na tabela abaixo os principais termos da LGPD utilizados nesta Política:

TERMO	DEFINIÇÃO
Dado pessoal	Informação relacionada a pessoa natural, direta ou indiretamente, identificada ou identificável.
Dado pessoal sensível	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
Titular	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
Tratamento	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.